

## **Nota - Repúdio à censura aos institutos de pesquisa**

Censurar os institutos de pesquisas, através de um Projeto de Lei aprovado com urgência em 18/10 pela Câmara dos Deputados, é uma iniciativa autoritária que fere os princípios da liberdade e o acesso à informação, pilares do Estado Democrático de Direito.

As informações e análises que há anos os institutos produzem sobre os mais variados temas, inclusive sobre a intenção de voto nos processos eleitorais, são respaldadas por conhecimento científico e rigorosa metodologia de pesquisa. E, além disso, está previsto em lei punição para casos de fraudes em pesquisa.

Neste momento de campanha eleitoral as pesquisas ganham grande importância e visibilidade e, neste caso, há ainda o reforço da fiscalização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Posto isso, manifestamos nosso repúdio e contrariedade a postura da Câmara dos Deputados em semear dúvidas e insegurança entre a população com relação à credibilidade dos institutos de pesquisa, aplicando medidas para censurar, criminalizar e perseguir. Entendemos que o objetivo por trás destas medidas é incidir no processo eleitoral em curso.

Trata-se de um procedimento inaceitável em uma sociedade livre e democrática.

São Paulo, 19 de outubro de 2022

**Sergio Nobre**, Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

**Miguel Torres**, Presidente da Força Sindical

**Ricardo Patah**, Presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

**Adilson Araújo**, Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

**Moacyr Roberto Tesch Auersvald**, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)

**Nilza Pereira Almeida**, secretária-geral da Intersindical

